



**Documento Explicativo sobre os
CRITÉRIOS GERAIS DE COMÉRCIO JUSTO
Para
Organizações de Pequenos Produtores**



Valle del Chira, Peru. Foto: Henrik Kastenskov



Este documento foi elaborado pela FLO e pode ser útil às equipes de trabalho das organizações de pequenos produtores, aos membros da diretoria ou à gerência destas organizações e aos comerciantes de produtos de Comércio Justo.

Este documento existe para ajudar a entender os Critérios Gerais de Comércio Justo para Organizações de Pequenos Produtores. Será útil ter uma cópia do documento “Critérios Gerais de Comércio Justo para Organizações de Pequenos Produtores”, como referência, conforme avança a leitura deste documento.

Este documento não é parte dos Critérios e você não será inspecionado tomando como base este documento.

Comércio Justo, uma Alternativa para Pequenos Produtores

O Comércio Justo tem como objetivo beneficiar os produtores que encontram dificuldades de vender no mercado internacional e de comercializar responsabilmente e lucrativamente seus produtos.

O Comércio Justo traz vários benefícios, tais como: melhor acesso ao mercado com a ampliação de vendas e receitas, além de assistência e apoio.

Espera-se que os produtores utilizem estes benefícios para melhorar sua capacidade organizativa no sentido de adquirir, de forma responsável, melhores termos de comércio, melhores condições de trabalho e vida dos seus trabalhadores, famílias e comunidades, respeitando o meio ambiente.

Os benefícios também devem ser utilizados por quaisquer trabalhadores empregados para melhorar suas condições de vida e trabalho e as condições de suas comunidades.

Quem pode participar

Pequenos produtores podem participar do Comércio Justo se forem membros de Organizações de Produtores (por exemplo, cooperativas) que sejam capazes de ajudar o desenvolvimento social e econômico de seus membros e de suas comunidades. Entende-se por Pequenos Produtores aqueles que não dependem de trabalho contratado para trabalhar em suas propriedades por todo o ano. Eles podem utilizar alguns trabalhadores contratados sazonalmente, mas administram suas propriedades utilizando, principalmente, seu próprio trabalho e o de sua família.

A organização de produtores deve ser **democraticamente controlada** pelos membros.

Estas Organizações de produtores receberão o **certificado** da Fairtrade Labelling Organizations International (FLO) que lhes permitirá serem chamadas de Comércio Justo, somente se cumprirem os requisitos dos “Critérios Gerais de Comércio Justo para Organizações de Pequenos Produtores”.

Para os critérios relacionados a situações de trabalho contratado, verifique o documento “Critérios Gerais de Comércio Justo para Trabalho Contratado”.

Neste documento, as palavras ‘agricultor’ e ‘produtor’ são usadas indistintamente.



Referências

Os critérios FLO seguem certos **critérios e convenções internacionalmente reconhecidos**, especialmente aqueles da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A FLO também requer que as organizações de produtores e empresas sigam a **legislação nacional** ou os critérios internacionais, caso estes forem mais exigentes.

Os **critérios gerais** da FLO se aplicam a todas as situações, qualquer que seja o produto, a menos que o critério específico de produto seja mais exigente. Os **critérios específicos de produto** da FLO se aplicam adicionalmente ao critério geral e se relacionam a um produto ou a um grupo de produtos específicos.

A Estrutura dos Critérios

Os critérios são compostos por dois conjuntos de **exigências** sobre as quais as organizações de agricultores ou produtores serão de fato inspecionadas:

- **Requisitos mínimos:** todas as organizações devem cumprir a partir do momento que ingressam no Comércio Justo, e
- **Requisitos de progresso:** mostram as áreas nas quais se espera que as organizações se desenvolvam e em que prazo.

Requisitos mínimos são aqueles que certificam que:

- Os benefícios do Comércio Justo chegam aos pequenos produtores.
- A organização de pequenos produtores e seus trabalhadores tem potencial de desenvolvimento.
- O sistema de Comércio Justo pode ser efetivo e levar ao desenvolvimento.

A quantidade e velocidade de progresso esperado pelos **requisitos de progresso** podem ser diferentes entre organizações, dependendo do nível de benefícios econômicos que cada organização recebe do Comércio Justo e de sua própria situação. Os requisitos de progresso, específicos para cada organização, serão determinados após a certificação.

Para cada seção, há uma **declaração introdutória** que descreve o objetivo da seção e faz referência às Convenções da OIT relevantes.

Sempre que necessário, a FLO fornecerá documentos para a orientação sobre itens mais específicos.

Os documentos de orientação da FLO são parte dos critérios a que eles se referem.



Os Critérios de Comércio Justo para Organizações de Pequenos Produtores

Resumo dos Requisitos

Este é um resumo das principais medidas que você deve tomar para tornar-se um produtor ou comerciante certificado de Comércio Justo.

Como estas não são **todas** as coisas que você deve fazer para se certificar com a FLO, você precisará verificar os Critérios completos.

1. Requisitos de Desenvolvimento Social

1.1. O Comércio Justo traz Potencial de Desenvolvimento

O Comércio Justo somente se envolverá se achar que seu trabalho contribui para a melhoria das condições de vida dos produtores e de seus negócios. Ele não se envolverá se achar que o Comércio Justo não ajudará na situação.

Requisitos Mínimos;

A Organização de Produtores deve ser capaz de demonstrar que o Comércio Justo fará diferença nos negócios e que os benefícios ajudarão no crescimento dos negócios e propiciarão vidas melhores aos produtores e suas famílias.

Requisitos de Progresso;

Caso participe do Comércio Justo, sua Organização de Produtores deverá elaborar um plano (votado por todos os membros) que mostre como será utilizado o dinheiro do *Prêmio* e outros benefícios do Comércio Justo.

1.2. Os Membros da Organização devem ser Pequenos Produtores

Os membros da organização devem ser pequenos produtores que não dependam de trabalhadores contratados permanentemente, mas que toquem sua propriedade usando, principalmente, seu próprio trabalho e o da sua família.

Requisitos Mínimos;

A maioria dos membros da Organização de Produtores deve ser pequenos produtores que devem produzir mais da metade do volume de qualquer produto de Comércio Justo que a organização venda. Assim, você não poderá participar do Comércio Justo, sob estes critérios, se você participar de uma organização de produtores na qual um grupo pequeno de grandes produtores produz a maior parte dos produtos do Comércio Justo. Neste caso, você deveria consultar os "Critérios de Comércio Justo para Trabalho Contratado" para ver as possibilidades de ser certificado.

Requisitos de Progresso;

Se uma grande quantidade de seu produto de Comércio Justo for produzida por um pequeno número de seus produtores, você precisará ser capaz de demonstrar que eles obtêm um preço da sua organização que cubra todos os custos de produção desse produto. Você precisará ter um sistema que certifique que isto acontece.



1.3. Democracia, Participação e Transparência

O Comércio Justo deseja trabalhar com organizações que se vêem como um instrumento do desenvolvimento social e econômico de pequenos produtores, suas famílias e de suas comunidades. A organização deve trabalhar de modo a incentivar este desenvolvimento. Todos os membros devem estar envolvidos na organização, devem ter a liberdade de votar em quem quiserem para a Diretoria e estarem envolvidos nas discussões sobre as decisões principais, incluindo como os benefícios do Comércio Justo (tais como o dinheiro do *Prêmio*), serão usados. Deve estar muito claro como as coisas funcionam e como as decisões foram tomadas. Todos os membros devem poder participar.

Requisito Mínimo;

A organização deve ter uma estrutura que permita o seu controle pelos membros. Uma possibilidade é o estabelecimento de uma Assembléia Geral que se reúna, pelo menos, uma vez ao ano e que seja o supremo órgão de tomada de decisão. A Assembléia deve eleger uma Diretoria ou conselho de administração. Toda a equipe de funcionários que a organização empregar deve responder perante a Assembléia através da Diretoria. O relatório e contabilidade anual necessitam ser apresentados a todos os membros na Assembléia Geral e devem ser aceitos pela Assembléia para que sejam válidos.

Requisitos de Progresso;

Esta é uma das principais áreas onde sua organização necessitará mostrar progresso conforme o tempo que estiver envolvido. Será necessário aperfeiçoar seu método de trabalho e horizonte de planejamento, formulando estratégias de produção e venda para os próximos anos (médio e longo prazos). O Comércio Justo está disposto a ajudar todos os produtores a fazerem este tipo de planejamento e a estarem ativamente envolvidos na administração da organização. Dar treinamento é uma boa maneira de fazer isto acontecer. Você precisará mostrar que oferece treinamento regular para os membros da organização. Quanto mais você estiver envolvido e, talvez, crescer, você precisará mostrar que revisou os sistemas de informação e controle, permitindo que os membros tenham melhor acesso à informação e maior poder de controle dentro da organização. Isto pode incluir o desenvolvimento de sub-comitês da Diretoria, um fluxo de informação crescente da Diretoria aos membros, discussão e uma participação mais ativa dos membros durante todo o ano.

1.4. Não-discriminação

A FLO segue a Convenção 111 da OIT pelo fim da discriminação de trabalhadores. Esta Convenção diz que você não pode rejeitar pessoas por causa de sua raça, cor, sexo, religião, opinião política, nacionalidade ou origem social.

Requisitos Mínimos;

Se você disser que determinadas pessoas não podem fazer parte da sua organização ou que têm participação limitada, então você precisa apresentar uma boa razão para que isto aconteça. Estas razões não podem ter relação com quaisquer das coisas listadas na convenção da OIT acima citada. Assim, você não pode dizer que uma pessoa não pode fazer parte da organização por ser mulher ou fazer parte de um grupo religioso ou político particular, por exemplo. O princípio deve ser o de envolver todos os produtores que plantam sua lavoura.

Requisitos de Progresso;

Espera-se que você mostre como está ajudando os membros que são parte de grupos minoritários, particularmente em desvantagem, em obter mais benefício do Comércio Justo. Você deve, também, mostrar como você os está ajudando a progredir a posições de responsabilidade na organização.



2. Requisitos de Desenvolvimento Econômico

2.1. O Prêmio do Comércio Justo

Requisitos Mínimos:

A organização deve mostrar que está disposta a administrar o *Prêmio* do Comércio Justo em benefício dos produtores, que tem um mecanismo em prática para isso e que pode fazê-lo de forma transparente. As decisões sobre o uso do *Prêmio* devem ser tomadas democraticamente por todos os produtores na Assembléia Geral e deve ser mantido o registro de todas estas decisões.

Ambos, os produtores e a FLO, precisam ser capazes de ver em que o dinheiro está sendo gasto e se o *Prêmio* esta sendo gasto eficaz e eficientemente.

O *Prêmio* deve ser gasto de acordo com os princípios enunciados no Apêndice 1, anexado a este documento.

Requisitos de Progresso;

Espera-se que a organização tenha planos anuais e orçamentos para o uso do *Prêmio* e que estes devem tornar-se parte dos planos gerais da organização.

2.2. Capacidade de Exportar

Requisitos Mínimos;

A organização deve ter toda infra-estrutura e capacidade necessárias a comunicar-se, vender e entregar uma mercadoria no mercado externo. Isto incluiria ter uma linha de telefone, acesso à Internet, sistemas computadorizados e boas habilidades administrativas. Significa, também, poder usar boas instalações para transportar o produto e exportá-lo. Se tiverem que emprestar ou contratar estas coisas de outra organização, devem certificar-se de que têm fácil acesso a elas.

O produto deve cumprir com os atuais padrões de qualidade para exportação e a organização deve mostrar que tem ou pode exportar com sucesso diretamente ou, se necessário, indiretamente (através de um parceiro). Deve também haver uma demanda claramente estabelecida de Comércio Justo para o produto.

Requisitos de Progresso;

Espera-se que a organização aperfeiçoe sua capacidade exportadora a medida que a regularidade e o seu volume de exportações aumente. Isto significará que a maior parte dos benefícios do Comércio Justo, quanto for possível, irá aos produtores, aumentando os lucros da organização e de seus respectivos membros.



2.3. Fortalecimento Econômico da Organização

Requisitos de Progresso;

O Comércio Justo visa aumentar a capacidade de pequenos produtores de trabalhar em conjunto e exportar. Os produtores devem desenvolver suas próprias habilidades e capacidades de modo a não depender de terceiros que, por ventura, possam tirar vantagens de seu trabalho. Devem ser capazes, portanto, de se envolver mais no trabalho da organização e aprender com isso.

A organização deve também ser capaz de mostrar que está fortalecendo seus negócios ao longo do tempo. Se for capaz de poupar algum dinheiro, poderá lidar com quaisquer dificuldades ou custos altos em anos futuros. Ao longo dos anos, espera-se que seja capaz de tornar-se melhor em manter e aprimorar a sua qualidade. A organização poderia oferecer treinamento para diferentes cargos na organização.

3. Requisitos de Desenvolvimento Ambiental

Você tem que proteger o meio ambiente do entorno de onde você trabalha e deve fazer disto um modo de vida nas suas propriedades e na organização.

Espera-se que você desenvolva, implemente e monitore um plano de trabalho. É preciso equilibrar bem proteção do meio ambiente e bons resultados nos negócios.

Pede-se que você não use – intencionalmente - produtos que incluam organismos geneticamente modificados (OGM). Você é também incentivado a obter a certificação orgânica.

O meio ambiente precisa ser monitorado todo o tempo. Você é encorajado a ter e usar um, apropriado e escrito, sistema de controle interno (SCI). Isto significa que você deve descobrir quais efeitos que as atividades dos membros da organização têm no meio ambiente. Você deve desenvolver um plano de como se pode diminuir esses impactos e fazer uma verificação contínua de que este plano esteja sendo realizado.

3.1. Requisitos Mínimos de Desenvolvimento Ambiental

Você deve seguir os padrões nacionais e internacionais para a manipulação de produtos químicos. Você deve certificar-se de que você protege o meio ambiente natural em torno de onde você trabalha. Isto inclui áreas de manancial, matas naturais e outras áreas de proteção, além de lidar com o problema da erosão e da gestão de resíduos.

Há listas de produtos químicos que você não deve utilizar, como os pesticidas que estão na classe 1 a+b da lista dos “doze sujos” da Rede de Ação em Pesticidas (Pesticide Action Network) da OMS e os pesticidas da lista de procedimento de Consentimento Prévio Consciente para Certos Produtos Químicos Perigosos e Pesticidas da FAO/PNUMA nas atualizações destas listas.

Há também um pequeno número de produtos químicos que não são permitidos sob os Critérios da FLO para determinados produtos.

Uma lista dos pesticidas proibidos está em um apêndice em cada conjunto de Critérios de Comércio Justo.



4. Condições de Trabalho

4.1. Quem deve cumprir

Quando as organizações com situação de trabalho contratado empregam um número significativo de trabalhadores, então todo o conjunto de critérios sobre trabalho abaixo se aplica a estas organizações. (Se os próprios produtores empregarem um número significativo de trabalhadores, deverão buscar a certificação sob os Critérios de Trabalho Contratado.)

Quando há poucos trabalhadores empregados pela organização de produtores ou, quando, os próprios produtores empregam trabalhadores eventuais ou por temporada, os trabalhadores deveriam também compartilhar dos benefícios do Comércio Justo. É aconselhável planejar e relatar à FLO Cert. como você está melhorando as condições de trabalho destes trabalhadores e como eles se beneficiam do *Prêmio* do Comércio Justo.

4.2. Requisitos de Condições de Trabalho

As exigências abaixo são os requisitos mínimos a serem observados quanto as condições de trabalho. O documento completo dos Critérios lista os requisitos de progresso.

4.2.1. Trabalho Forçado e Trabalho Infantil

As pessoas e seus cônjuges devem ser livres para decidir se trabalham para você ou não. Crianças menores de 15 anos não devem trabalhar. O trabalho não deve impedir a escolarização ou diminuir a capacidade de aprender devido ao cansaço ou doença. O trabalho não deve causar problemas para o desenvolvimento social, físico ou moral dos jovens.

Qualquer trabalho que for perigoso não pode ser feito por pessoas menores de 18 anos de idade.

4.2.2. Liberdade de Associação e Negociação Coletiva

Você precisa mostrar, tanto por escrito como na maneira que você trabalha, o reconhecimento dos direitos de todos os trabalhadores de se organizarem e poderem coletivamente negociar suas condições de trabalho. Você precisa permitir que Sindicatos e os representantes eleitos tenham acesso aos trabalhadores no lugar de trabalho e você deve reunir-se com estes representantes periodicamente.

4.2.3. Condições de Emprego

Todos os trabalhadores devem trabalhar sob circunstâncias de emprego justas. Você deve pagar salários iguais ou mais elevados do que estabelecem as leis nacionais e acordos sobre salários mínimos. Além disto, você deve declarar quais são os salários para todas as posições.

Todos os trabalhadores devem ter contratos e você deve pagar salários periodicamente conforme estipulado.

4.2.4. Saúde e Segurança Ocupacional

Você tem que reduzir situações de risco à saúde e garantir a segurança de seus trabalhadores tanto quanto for possível. Você precisa certificar-se de que o ambiente de



trabalho e todo o equipamento e maquinaria que são usados são seguros. A FLO pode pedir que você forneça um relatório de inspeção independente que demonstre isto. Há uma lista dos tipos de pessoas que não são autorizadas a utilizar pesticidas. Isto inclui pessoas menores de 18 anos e mulheres grávidas ou amamentando.

Apêndice 1

Uso do *Prêmio* do Comércio Justo em Organizações de Pequenos Produtores

Este é um rascunho sujeito à revisão.

Introdução

O *Prêmio* do Comércio Justo é um valor adicionado ao preço acordado para o produto. É um pagamento extra e não deve ser incluído nas discussões sobre o preço.

O *Prêmio* representará, geralmente, entre 5 e 30% do preço FOB ou de “porta da fazenda”. O *Prêmio* é fixado pela FLO e publicado como parte dos critérios específicos do produto. É estabelecido quando o produto é introduzido pela primeira vez e revisado quando necessário.

O *Prêmio* do Comércio Justo é um valor em dinheiro que visa apoiar suas atividades, na medida que você melhora as condições de trabalho, a sua comunidade e o meio ambiente.

No passado, o *Prêmio* foi usado para financiar projetos tais como escolas, uma parada de ônibus e instalações recreativas. Mas poderia, também, ser usado para treinamento ou para investir na infra-estrutura da cooperativa.

O importante é que, através da Assembléia Geral, todos os produtores possam opinar sobre como o valor do *Prêmio* é gerenciado e em quais projetos ele será gasto.

Por que temos um *Prêmio* do Comércio Justo?

Nós podemos descrever o Comércio Justo assim;

“O Comércio Justo tem como objetivo beneficiar aqueles que encontram dificuldade em vender no mercado internacional e comercializar responsavelmente e lucrativamente quando o fazem.

O Comércio Justo traz benefícios como o acesso ao mercado, com vendas ampliadas e **renda ampliada** bem como aconselhamento e apoio.

Espera-se que os produtores utilizem estes benefícios para ampliar a capacidade de suas organizações de comercializar responsavelmente e respeitar e melhorar as vidas daqueles que trabalham com eles, as comunidades nas quais trabalham e o meio ambiente.

Os benefícios também devem ser utilizados por quaisquer trabalhadores empregados para melhorar suas condições de vida e trabalho e as condições de suas comunidades”.

O *Prêmio* é parte da “**renda ampliada**” mencionada nesta descrição.

Mas o Comércio Justo não é somente sobre acesso ao mercado. É também sobre melhorar as habilidades produtivas, ampliar oportunidades e melhorar a capacidade de competir



responsavelmente no mercado. O dinheiro do *Prêmio* é para ajudar a pagar por essa melhoria.

O Objetivo do *Prêmio*

“O *Prêmio* do Comércio Justo deve ser usado para a melhoria da situação socioeconômica dos produtores, de suas famílias e das comunidades”.

- Você não tem que pedir a ninguém este dinheiro. Pertence aos agricultores ou produtores por direito nos termos do Comércio Justo. Entretanto, os produtores têm que gerenciar este dinheiro e decidir como será gasto através dos processos democráticos da Assembléia Geral.
- Um dos objetivos do *Prêmio* é apoiar este tipo de decisão e dar aos produtores esta experiência. Assim, o *prêmio* pode ser gasto no custo de treinamento de como conduzir bem a Assembléia.
- O *Prêmio* pode também ser gasto em projetos que melhorarão as vidas dos produtores, de suas famílias e de sua comunidade. Estes projetos são decididos por todos os produtores juntos na Assembléia Geral.

Critérios para seleção de projeto e sugestões para o uso do *Prêmio*

Esta seção apresenta algumas idéias para a seleção de bons projetos.

O objetivo do *Prêmio* não é fazer produtores individuais mais ricos, mas melhorar as condições sociais e econômicas da comunidade. “Comunidade” pode significar somente os produtores, ou os produtores e suas famílias ou a comunidade maior onde os produtores vivem.

Alguns Princípios para o uso do *Prêmio*

- **Comunitário** ao invés de individual: Os projetos devem beneficiar a comunidade inteira ou uma parte específica dela, ao invés de o *Prêmio* ir diretamente a alguns indivíduos.
- **Benefício duradouro:** Os projetos devem ter um efeito de longo prazo. Por exemplo, o *Prêmio* não deve ser gasto em dar coisas às pessoas, mas no estabelecimento de uma loja onde elas possam comprar mais barato. Projetos sociais ou educacionais que não se sustentarão por si mesmos facilmente poderiam talvez ser estabelecidos em parceria com outra organização que ajudasse a sustentá-los.
- **Prioridades:** Os projetos devem ajudar nas necessidades da comunidade e começar com as coisas que eles acreditam ser mais importantes.
- **Largo alcance:** Os benefícios do projeto devem alcançar muitos produtores e suas comunidades e não apenas um grupo pequeno, a menos que as necessidades



desse grupo sejam algo que todos os produtores queiram ajudar como, por exemplo, instalações para pessoas com necessidades especiais.

- **Adicional:** O dinheiro do *Prêmio* deve ser usado em gastos extraordinários. Não deve ser usado para projetos que deveriam ser pagos pela organização ou pelo governo. Não pode ser usado para os gastos correntes da organização como, por exemplo, os custos dos requisitos mínimos como estabelecido no documento sobre os Critérios de Comércio Justo. Pode, entretanto, ser usado em treinamento para ajudar a organização a funcionar melhor e dar aos produtores as habilidades para se envolverem mais nela. Os benefícios do produtor, que já existiam antes do Comércio Justo ser introduzido, não deverão ser pagos pelo *Prêmio*.

O Oficial de Suporte da FLO pode ajudar a Assembléia Geral a estabelecer o que parece ser apropriado se houver preocupações sobre o uso de *Prêmio*.

Sugestões para o uso do *Prêmio*

Esta lista dá alguns exemplos de projetos ou atividades em que se poderia utilizar o *Prêmio*. Contudo, a melhor maneira de descobrir o que é necessário em qualquer organização ou comunidade é falar com os membros.

- **Treinamento e formação:** uma determinada quantidade do *prêmio* deve sempre ser usada para treinamento e formação para os produtores e seus representantes. Exemplos deste tipo de projeto incluem cursos de treinamento em educação básica, em habilidades profissionais (uso do computador, corte-e-costura, carpintaria, direção de automóveis, administração de empresa de pequeno porte), ou em habilidades práticas para a família e serviço comunitário (saúde, cuidado de crianças, nutrição).
- **Educação de crianças e jovens:** taxas de matrícula, bolsas de estudos, materiais escolares (além do que é fornecido pelo Estado).
- **Infra-estrutura social nas comunidades:** salão social ou centro comunitário, construções de escolas, etc. que promovam o objetivo do *prêmio*.
- **Serviços de utilidade pública:** água potável e sistemas de esgoto, eletrificação (além de o que é fornecido pelo Estado).
- **Bem-estar social:** cuidados com crianças, cuidados com a saúde (preventivo bem como curativos), prevenção de AIDS/HIV, programas para pessoas com necessidades especiais ou idosos desamparados ou sozinhos.
- **Desenvolvimento cultural:** biblioteca, equipamento de vídeo/TV, patrocínio de atividades culturais como música, dança, teatro, etc.
- **Programas que tratam de desigualdade de gênero** ou que promovam a participação das mulheres (e programas similares para grupos marginalizados).
- **Proteção e desenvolvimento ambiental:** plantio de árvores, coleta do lixo e reciclagem de resíduos.



- **Fornecimento de bens básicos a preços preferenciais:** loja cooperativa.
- **Lazer e esportes:** instalações recreativas, equipamento esportivos.
- **Projetos produtivos em formato cooperativo**, se responderem a uma demanda local, criarem emprego e fortalecerem a economia local (o serviço deve ser o objetivo principal, não o lucro): cultivos, hortas comunitárias, instalação de processamento para produtos agrícolas locais, ateliê produzindo algo que a organização produtora ou outras indústrias locais necessitem.
- **Fundos rotativos para empréstimos** para necessidades individuais ou da família: construção e melhoria de moradia, transporte, emergências.
- **Fundos rotativos para microcréditos** para projetos de pequenos negócios individuais.

Prestando contas

A Diretoria ou Conselho de Administração da sua organização deve enviar um relatório informativo aos agricultores ou produtores e à FLO.

Deve fazer periodicamente **Relatórios de Progresso** aos produtores sobre os projetos nos quais estiver trabalhando.

Quando um projeto acabar, deve fazer um **Relatório de Projeto** aos produtores e à FLO sobre como o projeto foi encaminhado e quanto custou.

A Diretoria deve também fazer um **Relatório Anual** à FLO sobre o uso do *Prêmio* e aos produtores na Assembléia Geral. Este deve relatar todo o trabalho feito durante o ano comparando com o plano de trabalho dos últimos anos e fornecer um relato completo sobre o dinheiro do *Prêmio*.

O Relatório Anual deve também incluir um **Plano de Trabalho e orçamento** para o ano seguinte. O plano de trabalho deve dizer quanto de *Prêmio* foi recebido, quais os projetos escolhidos, listados por ordem de importância. Incluirá, também, o orçamento estimado para os projetos escolhidos e o cronograma da realização.